

Revisão com Resolução de Questões

Concurso de Procurador da Fazenda Nacional

Dirley da Cunha Júnior

Juiz Federal e Professor



Fanpage do Facebook: Dirley da Cunha Júnior

E-mail: dirleyvictor@uol.com.br

Teoria da Constituição

As Constituições podem ser classificadas segundo:

1) o conteúdo (material e formal)

2) a forma (escrita e não escrita)

3) a origem (democrática e outorgada)

4) a estabilidade (imutável, fixa, rígida, flexível e semirrígida ou semiflexível)

5) a extensão (sintética e analítica)

6) a finalidade (garantia e dirigente)

7) ao modo de elaboração (dogmática e histórica)

8) a ideologia (ortodoxa e eclética)

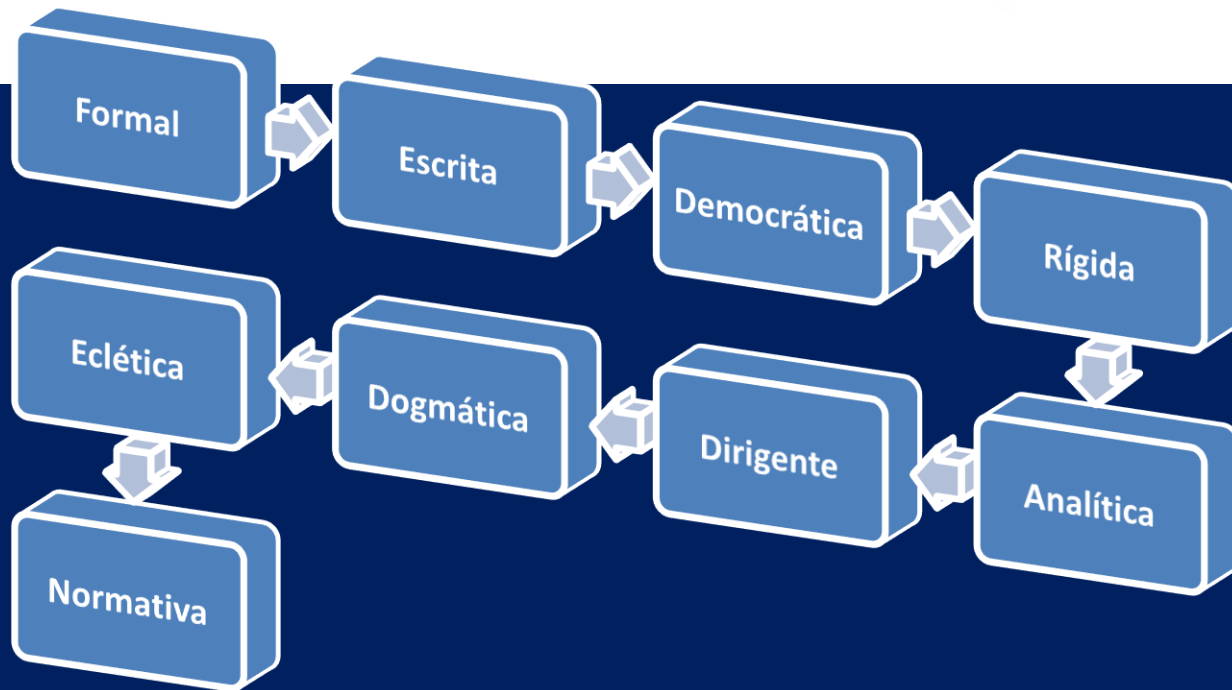
9) ao ser (normativa, nominal e semântica)

Teoria da Constituição (1 questão)

1. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. O Estudo da Teoria Geral da Constituição revela que a Constituição dos Estados Unidos se ocupa da definição da estrutura do Estado, funcionamento e relação entre os Poderes, entre outros dispositivos. Por sua vez, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é detalhista e minuciosa. Ambas, entretanto, se submetem a processo mais dificultoso de emenda constitucional. Considerando a classificação das constituições e tomando-se como verdadeiras essas observações, sobre uma e outra Constituição, é possível afirmar que

- A) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é escrita, analítica e rígida, a dos Estados Unidos, rígida, sintética e negativa.
- B) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é do tipo histórica, rígida, outorgada e a dos Estados Unidos rígida, sintética.
- C) a Constituição dos Estados Unidos é do tipo consuetudinária, flexível e a da República Federativa do Brasil de 1988 é escrita, rígida e detalhista.
- D) a Constituição dos Estados Unidos é analítica, rígida e a da República Federativa do Brasil de 1988 é histórica e consuetudinária.
- E) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é democrática, promulgada e flexível, a dos Estados Unidos, rígida, sintética e democrática.

Classificação da Constituição Brasileira de 1988

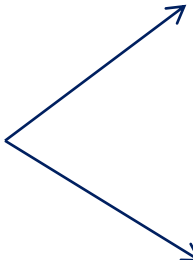


Poder Constituinte

Espécies de Poder Constituinte

► Poder Constituinte **Originário**: Elabora a Constituição por meio da Assembleia Nacional Constituinte.

► Poder Constituinte **Derivado**



Reformador: Altera a Constituição Federal por meio das EC's (CF, art. 60). Pelo Congresso Nacional

Decorrente: Elabora e altera as Constituições dos Estados e do DF (CF, art. 25; ADCT, art. 11). Pelas Assembleias Legislativas

Características do Poder Constituinte

Poder Constituinte **Originário**

- Inicial
- Autônomo
- Ilimitado
- Incondicionado
- Permanente

Poder Constituinte **Derivado**

- Secundário
- Dependente
- Limitado
- Condicionado
- Temporário

Poder Constituinte (6 questões)

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre o poder constituinte, é incorreto afirmar que:
- A) o poder constituinte originário é inicial, ilimitado e incondicionado.
 - B) o poder constituinte derivado é limitado e condicionado.
 - C) o poder constituinte decorrente, típico aos Estados Nacionais unitários, é limitado, porém incondicionado.
 - D) os limites do poder constituinte derivado são temporais, circunstanciais ou materiais.
 - E) a soberania é atributo inerente ao poder constituinte originário.

Poder Constituinte (6 questões)

2. **(PFN 2007/ESAF)**. Levando-se em conta temas relacionados a “Poder Constituinte”, “Reforma Constitucional”, “Cláusulas Pétreas” e “Processo Legislativo” assinale a única das opções abaixo que contém formulações, disposições, proposições ou afirmações totalmente corretas.

A) (1) A emenda à Constituição, uma vez aprovada, é promulgada pela Mesa do Congresso Nacional;
(2) “poder constituinte derivado” não significa o mesmo que “poder constituinte decorrente”;
(3) o art. 60, §4º, da C. F. é o dispositivo constitucional que contém a chamada “cláusula pétrea”;
(4) quando se trata do poder de reforma de qualquer texto constitucional tem-se em consideração uma constituição rígida;
(5) está-se diante do poder constituinte originário quando as normas constitucionais que este elabora e aprova não precisam retirar seu fundamento de validade de um poder ou estatuto jurídico que lhe seja anterior e superior, como ocorre no processo de produção e de aprovação de normas infraconstitucionais.

B) (1) As limitações materiais ao poder de reforma são aquelas que estão, exclusiva e exaustivamente, elencadas no art. 60, §4º, da C. F., que é o dispositivo que contém a “cláusula pétrea” ou de imutabilidade;
(2) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
(3) A Constituição de 1988 pode ser classificada como, parcialmente, rígida e, parcialmente, flexível;
(4) direitos previstos em tratados internacionais, desde que aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros são equivalentes a emendas constitucionais;
(5) o direito adquirido é oponível à Constituição.

- C) (1) “Poder constituinte derivado” não significa o mesmo que “poder constituinte decorrente”;
(2) “cláusula pétrea” significa um limite que a Constituição estabelece ao poder constituinte de reforma;
(3) uma proposta de emenda à Constituição que objetive extinguir o direito de voto dos analfabetos não será objeto de deliberação, porque tenderá a abolir a cláusula pétrea que protege o direito ao voto direto, secreto, universal e periódico;
(4) a proposta (de emenda à Constituição) será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;
(5) não há direito adquirido contra a Constituição.

- D) (1) Em princípio, o poder constituinte de reforma não pode criar “cláusulas pétreas”; somente o poder constituinte originário pode fazê-lo;
(2) é inadmissível deliberação de proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do Estado brasileiro;
(3) os direitos e garantias individuais são imunes ao processo de mutabilidade constitucional;
(4) é admissível haver direito adquirido contra a Constituição;
(5) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

- E) (1) Chama-se “poder constituinte derivado” ou “poder constituinte decorrente” a prerrogativa de membros do Congresso Nacional de alterar a Constituição Federal, mediante a modalidade do processo legislativo brasileiro denominada emenda à Constituição;
(2) a Constituição Federal brasileira se enquadra, totalmente, no tipo de classificação dito “constituição rígida”;
(3) os princípios que o constituinte originário denominou de fundamentais, previstos no Título I da C. F., podem ser considerados “cláusulas pétreas implícitas”;
(4) não há direito adquirido oponível à Constituição;
(5) além das emendas à Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas e as medidas provisórias são as modalidades normativas que integram, exclusivamente, o elenco previsto no processo legislativo brasileiro, conforme o disposto no art. 59 da CF.

Poder Constituinte (6 questões)

3. **(PFN 2007/ESAF)**. Assinale, como única opção que contém a resposta correta, aquela que não corresponde a uma norma ou a um preceito normativo constante da parte permanente da Constituição Federal de 1988.

A) “A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.”

B) “As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.”

C) “A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.”

D) “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”

E) “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Poder Constituinte (6 questões)

4. **(PFN 2006/ESAF)**. Considerando o Direito Brasileiro, assinale a opção correta, no que diz respeito às consequências da ação do poder constituinte originário.

A) Uma lei federal sobre assunto que a nova Constituição entrega à competência privativa dos Municípios fica imediatamente revogada com o advento da nova Carta.

B) Uma lei que fere o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja regência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, nunca fora objeto de controle de constitucionalidade, não é considerada recebida por esta, mesmo que com ela guarde plena compatibilidade material e esteja de acordo com o novo processo legislativo.

C) Para que a lei anterior à Constituição seja recebida pelo novo Texto Magno, é mister que seja compatível com este, tanto do ponto de vista da forma legislativa como do conteúdo dos seus preceitos.

D) Normas não recebidas pela nova Constituição são consideradas, ordinariamente, como sofrendo de inconstitucionalidade superveniente.

E) A Doutrina majoritária e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal convergem para afirmar que normas da Constituição anterior ao novo diploma constitucional, que com este não sejam materialmente incompatíveis, são recebidas como normas infraconstitucionais.

Poder Constituinte (6 questões)

5. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) Consolidou-se o entendimento de que matéria que, no âmbito federal, está sujeita à legislação ordinária sob reserva de iniciativa do Presidente da República não pode ser regulada em Constituição Estadual.
- B) Consolidou-se o entendimento de que é possível invocar direito adquirido em face de decisão do poder constituinte originário.
- C) Do poder constituinte dos Estados-membros é possível dizer que é inicial, limitado e condicionado.
- D) Consolidou-se o entendimento de que, mediante o mecanismo da dupla revisão, é viável a superação das cláusulas pétreas entre nós.
- E) Embora nem todos os direitos enumerados no título dos Direitos Fundamentais sejam considerados cláusulas pétreas, nenhum outro, fora desse mesmo título, constitui limitação material ao poder constituinte de reforma.

Poder Constituinte (6 questões)

6. **(AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF)**. Sabe-se que a Constituição Federal, apesar de ser classificada como rígida, pode sofrer reformas. A respeito das alterações na Constituição, podemos afirmar que:

- I. a emenda à Constituição Federal, enquanto proposta, é considerada um ato infraconstitucional.
- II. de acordo com a doutrina constitucionalista, a Constituição Federal traz duas grandes espécies de limitações ao Poder de reformá-la, as limitações expressas e as implícitas.
- III. as limitações expressas circunstanciais formam um núcleo intangível da Constituição Federal, denominado tradicionalmente por “cláusulas pétreas”.
- IV. vários doutrinadores publicistas salientam ser implicitamente irreformável a norma constitucional que prevê as limitações expressas.

Assinale a opção verdadeira.

- A) II, III e IV estão corretas.
- B) I, II e III estão incorretas.
- C) I, III e IV estão corretas.
- D) I, II e IV estão corretas.
- E) II e III estão incorretas.

Controle de Constitucionalidade na CF/88

- Modelo Misto -

Controle *Difuso-Concreto-Incidental*

- Todo **Juiz** ou **Tribunal**
- Em caso **concreto**: ação ou recurso (por via de exceção ou defesa), como argumento de defesa
- Decisão com **efeitos inter partes**

Controle *Concentrado-Abstrato-Principal*

- Só o **STF** (garantia da CF) ou **TJ's** dos Estados e do DF (garantia da CE)
- **Abstratamente**: Ações Diretas (ADI, ADO, ADC, ADPF), como pedido principal
- Decisão com **efeitos erga omnes**

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, é correto afirmar que:

A) compete a qualquer juiz ou tribunal, no primeiro caso desde que inexistir pronunciamento sobre a matéria pelo respectivo tribunal ou por tribunal superior, decidir no curso de ação sob sua apreciação acerca de questão de constitucionalidade suscitada por qualquer das partes.

B) nos expressos termos da Constituição de 1988, compete ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

C) compete a qualquer turma, câmara ou seção de tribunal declarar originalmente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

D) compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em última ou única instância, quando a decisão recorrida contrariar ou negar vigência a lei federal.

E) pode o Superior Tribunal de Justiça, no exercício do controle de constitucionalidade incidental ou em concreto, declarar originalmente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, desde que assim se pronuncie pelo voto favorável dos seus dez membros mais antigos.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

2. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre o sistema brasileiro de controle concentrado de constitucionalidade, é incorreto afirmar que:

A) na ação direta de inconstitucionalidade, é admissível a impugnação de decretos executivos quando estes representem atos de aplicação primária da Constituição.

B) a ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

C) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

D) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, citará, previamente, Advogado da União ou Procurador da Fazenda Nacional, conforme a natureza da matéria, que se manifestará sobre o ato ou texto impugnado.

E) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá, dentre outros, efeito vinculante em relação aos demais do Poder Judiciário.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

3. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

A) É inviável o controle de constitucionalidade de norma já revogada.

B) É impossível que se entenda devido qualquer efeito de uma lei declarada inconstitucional.

C) Por meio da técnica da inconstitucionalidade por arrasto, o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle abstrato, estende os efeitos da inconstitucionalidade declarada de uma lei a outros diplomas legislativos de igual teor, mesmo que não tenham sido objeto explícito de impugnação na demanda.

D) É possível o controle de constitucionalidade em abstrato, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, de norma municipal.

E) Os órgãos fracionários de tribunais de segundo grau não podem declarar a inconstitucionalidade de uma norma ordinária, mas podem, sem declarar explicitamente a inconstitucionalidade, afastar a incidência da norma ordinária pertinente à lide, para decidir essa mesma lide sob critérios diversos que estimem extraídos da Constituição.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

4. **(PFN 2006/ESAF)**. Suponha que tenha havido a propositura de uma representação de inconstitucionalidade de lei de um certo Estado-membro perante o respectivo Tribunal de Justiça. Pouco mais adiante, e antes do julgamento da representação, o Procurador-Geral da República deduz uma ação direta de inconstitucionalidade contra essa mesma lei, perante o Supremo Tribunal Federal. Assinale a opção correta.

A) Fica caracterizado, no problema, o fenômeno da litispendência, cabendo ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ambas as ações.

B) A representação deverá ser tida como prejudicada antes mesmo da decisão do Supremo Tribunal Federal.

C) O Supremo Tribunal Federal somente deverá julgar a ação direta de inconstitucionalidade se o Tribunal de Justiça, antes, julgar improcedente a representação.

D) O Tribunal de Justiça somente poderá julgar a representação depois do Supremo Tribunal Federal apenas se este não conhecer da ação direta de inconstitucionalidade.

E) Mesmo que o Supremo Tribunal Federal julgue improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, não será impossível ao Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade da mesma lei.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

5. **(PFN 2006/ESAF)**. De modo geral, a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a inconstitucionalidade de lei em ação direta de inconstitucionalidade começa a produzir todos os seus efeitos:

- A) desde o trânsito em julgado da decisão.
- B) desde a publicação do acórdão, com a respectiva ementa, no Diário de Justiça.
- C) desde a data da publicação da ata da sessão de julgamento.
- D) desde o dia mesmo do julgamento da ação.
- E) no primeiro dia útil seguinte ao do julgamento da ação.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

6. **(PFN 2006/ESAF)**. Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade de uma lei federal, ao julgar um mandado de segurança. Diante disso, assinale a opção correta.

A) Essa declaração de inconstitucionalidade, mesmo não tendo eficácia erga omnes, apresenta efeito vinculante para todos os órgãos do Judiciário.

B) Se um juiz de primeira instância julgar uma causa afirmando válida a lei, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal para preservar a autoridade da sua decisão.

C) Caberá à Câmara dos Deputados suspender os efeitos da lei, para que, então, a decisão do Supremo Tribunal Federal ostente efeitos erga omnes.

D) O órgão fracionário do tribunal de segunda instância, deparando-se com a mesma arguição de inconstitucionalidade do diploma, não deverá suscitar o incidente de inconstitucionalidade, mas deverá simplesmente aplicar a decisão de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

E) Contra a decisão da Suprema Corte, cabe o ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, no prazo próprio da impetração de mandado de segurança.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

7. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), é correto afirmar que:

A) a decisão do Supremo Tribunal Federal, acolhendo-a, deverá ser posteriormente comunicada ao Senado Federal, que, por maioria absoluta, poderá suspender a execução, no todo ou em parte, do ato ou texto impugnado objeto da decisão.

B) ela somente será admitida se não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.

C) passou a integrar a Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional n. 45/04, Reforma do Judiciário.

D) ao proferir decisão, acolhendo-a, o juiz de primeiro grau está obrigado a remeter a decisão para ser confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, considerando que se trata de uma das competências recursais do STF.

E) é um dos instrumentos utilizados e admitidos pelo Supremo Tribunal Federal para obstar a tramitação do processo legislativo quando eivado de inconstitucionalidade.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

8. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. O controle de constitucionalidade das leis é um dos mais importantes instrumentos da manutenção da supremacia da Constituição. Por essa razão é adotado, com algumas variações, pela grande maioria dos países democráticos. Com relação ao controle de constitucionalidade, pode-se afirmar que:

- A) o controle difuso caracteriza-se por possibilitar a um número amplo de interessados impugnar a constitucionalidade de uma norma perante um único tribunal.
- B) o controle abstrato permite que um grupo restrito de pessoas impugne uma determinada norma, desde que fundamentado em um caso concreto, perante qualquer tribunal.
- C) o controle concentrado decorre de construção normativa de Hans Kelsen e a primeira Constituição a incorporá-lo foi a Constituição Alemã de 1919, também conhecida como Constituição de Weimar.
- D) o Brasil adota o controle difuso e o abstrato desde a Constituição Federal de 1891.
- e) o controle difuso é fruto de construção jurisprudencial da Suprema Corte dos Estados Unidos, embora alguns autores defendam que decisões anteriores já indicavam a possibilidade de o Judiciário declarar uma norma contrária à Constituição.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

9. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) O controle de constitucionalidade concentrado, abstrato, pode ser deflagrado mediante o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, o STJ ou qualquer um dos Tribunais de Justiça dos Estados.
- B) Comporta exceções a regra geral que na declaração judicial de inconstitucionalidade de um ato normativo a decisão tem efeito ex tunc.
- C) A Comissão de Constituição e Justiça do Senado tem legitimidade para ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- D) O controle difuso foi introduzido no Direito Constitucional brasileiro com a Constituição de 1988.
- e) Nas decisões proferidas nas ações diretas de inconstitucionalidade, ao declarar a inconstitucionalidade de uma norma, o STF deve submeter sua decisão ao crivo do Senado Federal.

Controle de Constitucionalidade (10 questões)

10. **(AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF)**. Sabe-se que a Constituição Federal sofre controle de diversas formas. Acerca do controle constitucional, é correto afirmar que:
- A) é admitida a concessão de liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, por omissão.
 - B) o ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade não se sujeita a prazos prescricional ou decadencial, vez que atos inconstitucionais não são suscetíveis de convalidação pelo decurso do tempo.
 - C) o procedimento a ser seguido pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão não é o mesmo da ação de inconstitucionalidade genérica.
 - D) a Ação Direta de Inconstitucionalidade, em face de sua natureza e finalidade especial, é suscetível de desistência a qualquer tempo.
 - E) na Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão é obrigatória a oitiva do Advogado-Geral da União, tendo em vista que qualquer ato impugnado deve ser defendido.

Organização dos Poderes (25 questões)

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional do Poder Legislativo, é incorreto afirmar:

A) que, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

B) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, dispensada a sanção presidencial, autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

C) que a Câmara dos Deputados, ou qualquer de suas comissões, poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, ou, ainda, a Mesa da Câmara dos Deputados poderá encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, para adequado atendimento, sob pena de crime de responsabilidade, no prazo de trinta dias.

D) que ao Senado Federal compete privativamente processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o Advogado-Geral da União.

E) que os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Organização dos Poderes (25 questões)

2. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional do Poder Executivo, é correto afirmar que:
- A) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.
 - B) compete privativamente ao Presidente da República editar medidas provisórias com força de lei e dispor, mediante decreto autônomo, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa além dos limites fixados na corrente lei de diretrizes orçamentárias.
 - C) compete privativamente ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, bem assim, dispensada a aprovação pelo Senado Federal, o Advogado-Geral da União e os juízes que compõem os Tribunais Regionais Federais.
 - D) são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que provejam cargos públicos federais.
 - E) compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições previstas na Constituição Federal e nas leis, retificar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República.

Organização dos Poderes (25 questões)

3. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional do Poder Judiciário, é incorreto afirmar que:
- A) compete à lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal dispor sobre o estatuto da magistratura, observado, dentre outros, o princípio da publicidade dos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive quanto às sessões administrativas e ressalvadas as situações previstas em lei em favor da preservação do direito à intimidade das partes ou de alguma delas.
 - B) compete privativamente aos tribunais elaborar seus regimentos internos e propor a criação de novas varas judiciárias.
 - C) os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
 - D) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - E) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos juizados especiais federais quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro juizado especial federal.

Organização dos Poderes (25 questões)

4. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional da Advocacia-Geral da União, é correto afirmar que:

A) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.

B) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

C) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

D) o ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á, salvo no caso de reaproveitamento de advogados integrantes dos quadros funcionais de autarquias ou fundações extintas, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

E) a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa judicialmente a União perante o Supremo Tribunal Federal, salvo na matéria tributária onde esta representação cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Organização dos Poderes (25 questões)

5. **(PFN 2007/ESAF)**. Considerem-se as seguintes formulações:

A) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

B) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição estadual, vedada a atribuição de legitimação para agir a um único órgão;

C) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal e a ação declaratória de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal;

D) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais e de declaração de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais, em face da Constituição estadual, vedada a atribuição de legitimação para agir a um único órgão;

E) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal. As cinco opções de resposta a seguir indicam, para cada uma das formulações acima, com idêntica correspondência de letras, ou que a resposta é “certa” ou que a resposta é “errada”. Assinale a única opção correta, das cinco possíveis, independentemente de essa opção correta poder indicar que “a formulação sob a letra tal, acima, está certa ou errada”.

A) A formulação, sob a letra “A”, está certa.

B) A formulação, sob a letra “D”, está errada.

C) A formulação, sob a letra “C”, está errada.

D) A formulação, sob a letra “B”, está certa.

E) A formulação, sob a letra “E”, está certa.

Organização dos Poderes (25 questões)

6. **(PFN 2007/ESAF)**. Das opções abaixo, assinale a única incorreta.

A) Nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, têm eficácia contra todos e têm efeito vinculante aos órgãos do Poder Judiciário, bem assim à administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

B) Na apreciação da inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou de ato normativo, o Supremo Tribunal Federal – STF cita o Advogado-Geral da União, previamente, para que este defenda o ato ou o texto impugnado, cabendo ao Procurador-Geral da República ser ouvido, previamente, nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do STF.

C) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

D) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas que não forem abrangidas por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

E) Os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos se enquadram na competência originária do Superior Tribunal de Justiça – STJ, para processá-los e julgá-los, exceto aqueles que se estabeleçam entre o STJ e quaisquer tribunais, ou entre Tribunais Superiores, ou, ainda, entre estes e qualquer outro tribunal, cuja competência para dirimi-los, não-originariamente, é do Supremo Tribunal Federal.

Organização dos Poderes (25 questões)

7. **(PFN 2007/ESAF)**. Das formulações abaixo, assinale a que não abrange matéria de natureza constitucional.

A) Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

B) A Escola Superior da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, denominada Escola Superior da PGFN, é órgão do Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com cargos de direção privativos de membros da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, devendo a escolha recair, preferencialmente, em Procuradores com experiência comprovada no ensino superior.

C) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, cabendo ouvir as comunidades afetadas, a elas assegurada participação nos resultados da lavra.

D) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

E) A vedação a que os entes dotados do poder de tributar instituam impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros, consiste em imunidade tributária, denominada, tecnicamente, “imunidade recíproca”.

Organização dos Poderes (25 questões)

8. **(PFN 2007/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.
- B) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e a assessoria jurídicas das respectivas unidades federadas.
- C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após arguição pública e aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- D) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
- E) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na última fase.

Organização dos Poderes (25 questões)

9. **(PFN 2007/ESAF)**. Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, expressamente nos termos da Constituição, que, no caso da norma que contém a resposta certa a esta questão da prova, também determina a observância do seu comando ao disposto em lei:

- A) a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária, no exercício de função essencial à Justiça.
- B) a representação judicial e extrajudicial da União na execução da dívida ativa de natureza tributária e não-tributária, no exercício ou não de função essencial à Justiça.
- C) a representação da União na execução da dívida ativa e consolidada de natureza tributária, no exercício ou não de função essencial à Justiça.
- D) a representação judicial da União na execução da dívida interna de natureza tributária ou não-tributária, no exercício de função essencial à Justiça.
- E) a representação judicial da União na execução da dívida ativa de natureza tributária e não-tributária, no exercício de função essencial à Justiça.

Organização dos Poderes (25 questões)

10. **(PFN 2007/ESAF)**. Em relação à questão anterior (9), a opção de resposta correta tem base em redação de norma constitucional, cuja aplicabilidade, de acordo com uma das mais conhecidas, divulgadas e utilizadas classificações das normas constitucionais, implica distingui-las pela sua eficácia. Sendo assim, no caso da opção de resposta correta à mencionada questão 09, a norma constitucional correspondente é classificada como sendo:

- A) de eficácia plena.
- B) de eficácia limitada.
- C) de eficácia suplementar.
- D) de eficácia complementar.
- E) de eficácia contida.

Organização dos Poderes (25 questões)

11. **(PFN 2007/ESAF)**. Das formulações redacionais abaixo, marque aquela que corresponde aos exatos termos de norma vigente da Constituição da República Federativa do Brasil:

A) o sistema financeiro nacional, estadual, distrital ou municipal será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, e será regulado por leis complementares de cada ente federado, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

B) é facultativa a inclusão, no orçamento das entidades de direito público e privado, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

C) a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e a qualquer cidadão, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, não sendo obrigatória a observância da ordem aqui estabelecida.

D) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e partido político com representação no Congresso Nacional.

E) à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Organização dos Poderes (25 questões)

12. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) A interpretação conforme a Constituição consiste em procurar extrair o significado de uma norma da Lei Maior a partir do que dispõem as leis ordinárias que preexistiam a ela.
- B) A liberdade de expressão está entre os direitos fundamentais absolutos da Constituição em vigor.
- C) Normas constitucionais de eficácia restringida não apresentam eficácia jurídica alguma senão depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.
- D) O Advogado-Geral da União deve necessariamente participar dos processos de ação direta de inconstitucionalidade e de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, na qualidade de curador da presunção de constitucionalidade das leis.
- E) Uma norma constitucional programática pode servir de paradigma para o exercício do controle abstrato de constitucionalidade.

Organização dos Poderes (25 questões)

13. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) No Direito Brasileiro, considera-se impossível que uma norma inserida na Constituição possa ser tida como inconstitucional.
- B) Os Estados-membros não estão impedidos de adotar o instrumento legislativo das medidas provisórias em tema relacionado com direito tributário.
- C) Medida provisória constitui, hoje, instrumento apto para o estabelecimento de causas de extinção de punibilidade em virtude de pagamento de tributo sonegado.
- D) O princípio da separação dos poderes impede que o Ministério Público investigue fatos que possam consistir em crimes contra a ordem tributária, antes de que investigação, com igual objeto, por parte da Receita Federal, esteja concluída.
- E) O princípio da separação dos poderes não constitui obstáculo a que os Estados-membros adotem a solução parlamentarista no desenho da repartição de poderes da sua constituição estadual.

Organização dos Poderes (25 questões)

14. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) As normas constantes do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são insuscetíveis de revogação.
- B) Consolidou-se o entendimento de que o Presidente da República não dispõe de foro por prerrogativa de função para responder a ação por crime de responsabilidade.
- C) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de representação do Procurador-Geral da República para intervenção federal no caso de recusa de execução de lei federal por parte de Estado-membro.
- D) Verificado que o legislador tratou desigualmente situações desiguais fica desautorizado todo argumento de ofensa ao princípio da isonomia.
- E) Princípio da legalidade e reserva de parlamento são expressões sinônimas no constitucionalismo brasileiro.

Organização dos Poderes (25 questões)

15. **(PFN 2006/ESAF)**. Suponha que o Congresso Nacional aprove lei, de iniciativa de Deputado Federal, que reduz alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. O Presidente da República sanciona o projeto. Mais tarde, percebe que a lei é ruínosa e ouve seus conselheiros jurídicos que lhe dizem:

1. Houve vício de iniciativa na elaboração da lei.
2. O Presidente da República não pode provocar o Supremo Tribunal Federal a exercer o controle de constitucionalidade sobre a lei, porque sancionou o projeto.
3. O Presidente da República pode, desde que se atenha ao prazo de veto de que dispõe constitucionalmente, voltar atrás na sanção e vetar o projeto.
4. Tendo o Presidente da República sancionado a lei, toda discussão sobre eventual invasão da sua iniciativa privativa fica prejudicada, já que, qualquer que seja o caso, a sanção supre o vício de iniciativa.

Assinale a opção correta.

- A) Todas as afirmações estão corretas.
- B) Apenas uma das afirmações está correta.
- C) Apenas duas das afirmações estão corretas.
- D) Apenas três das afirmações estão corretas.
- E) Nenhuma das afirmações está correta.

Organização dos Poderes (25 questões)

16. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) A Procuradoria da Fazenda Nacional tem por autoridade hierárquica máxima o Ministro de Estado da Fazenda.
- B) As Casas Legislativas da União ou dos Estados-membros têm os seus direitos e prerrogativas defendidos em juízo pela Advocacia da União e pelas Procuradorias Estaduais, respectivamente, sendo-lhes vedado criar procuradorias próprias que as represente em juízo.
- C) A Constituição de um Estado-membro não pode conferir autonomia funcional, administrativa e financeira à Procuradoria-Geral do seu Estado.
- D) Os membros da Advocacia da União, depois de adquirida a estabilidade, gozam das mesmas garantias dos membros também estáveis do Ministério Público da União.
- E) Constitui função institucional privativa do Ministério Público a propositura de ação civil pública para a defesa do patrimônio público.

Organização dos Poderes (25 questões)

17. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF**). Sobre o Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- A) seus integrantes são oriundos de cada um dos Poderes da República, sem exceção.
- B) sua criação decorre de manifestação do Poder Constituinte Originário.
- C) a Constituição Federal assegura ao Advogado-Geral da União a prerrogativa de manifestação nas suas sessões.
- D) o Supremo Tribunal Federal afastou as alegações de inconstitucionalidade relativas à sua criação.
- E) nas ações diretas de inconstitucionalidade sob sua análise, a inconstitucionalidade será declarada pela maioria absoluta dos seus membros.

Organização dos Poderes (25 questões)

18. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF**). Sobre o Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) compete privativamente ao Presidente da República propor a exoneração do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato.
- B) o Ministério Público dos Estados vincula-se ao Ministério Público da União em razão do princípio constitucional da indivisibilidade.
- C) a decretação de estado de defesa requer análise prévia do Procurador-Geral da República, considerando a excepcionalidade da medida.
- D) ao ser promulgada, a Constituição Federal facultou aos Procuradores da República o direito de optar, nos termos da lei complementar, de forma irretratável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.
- E) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, por decisão de maioria absoluta, a exoneração do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato.

Organização dos Poderes (25 questões)

19. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF**). Sobre o processo legislativo, assinale a opção correta.

- A) A Medida Provisória não sofre qualquer limitação de ordem material.
- B) A discussão e deliberação sobre pedido de autorização de lei delegada será suspensão durante intervenção federal.
- C) É da competência privativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça proporem ao Poder Legislativo a criação ou extinção dos tribunais inferiores.
- D) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis sobre relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- E) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese de Medida Provisória em vigor e existência de Proposta de Emenda à Constituição, que serão automaticamente colocadas na pauta de convocação.

Organização dos Poderes (25 questões)

20. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. O Comandante da Marinha praticou ato administrativo, no âmbito de sua competência, que ensejou irresignação por parte de alguns destinatários do ato. Um deles, cidadão comum, sem qualquer prerrogativa de foro especial, resolveu impetrar mandado de segurança que foi negado pelo órgão judiciário competente para julgar o referido mandado. Simultaneamente esse mesmo cidadão, autor do mandado de segurança, foi objeto de outra decisão judicial que lhe foi desfavorável, em outra ação, proposta por organismo internacional. Ele resolveu recorrer.

Considerando o enunciado, assinale a opção correta, atendo-se à competência dos juízes e tribunais estabelecida na Constituição Federal.

- A) Compete ao Tribunal Regional Federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Supremo Tribunal Federal.
- B) Compete a juiz federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Supremo Tribunal Federal.
- C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é também do Superior Tribunal de Justiça.
- D) Compete ao Superior Tribunal Militar julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Tribunal Regional Federal.
- E) Compete a juiz federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Superior Tribunal Militar.

Organização dos Poderes (25 questões)

21. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. Uma Assembleia Legislativa de um dos Estados da Federação brasileira acolheu proposta de um dos seus deputados e emendou a Constituição Estadual, estabelecendo que o governador do Estado, na hipótese de viagem ao exterior, necessitaria de autorização prévia do Legislativo estadual, sempre que esse deslocamento ao exterior ultrapassasse o prazo de 7 (sete) dias. Considerando o enunciado, assinale a opção correta.
- A) A emenda implementada na Constituição estadual é constitucional sob qualquer ponto de vista, inclusive porque, dentro da autonomia legislativa do Estado, em alterar sua própria Constituição.
 - B) A emenda é constitucional no âmbito da autonomia estadual, entretanto, somente pode ser considerada efetiva após a sanção do governador do Estado, considerando que sem ela o processo legislativo não se completa.
 - C) A emenda é inconstitucional porque a Proposta de Emenda não poderia ser de autoria do deputado, e sim do governador, na medida em que se trata de tema que diz respeito a essa autoridade.
 - D) A emenda é inconstitucional porque contraria o princípio da simetria constitucional, estabelecendo norma mais rígida do que aquela que a Constituição Federal estabelece para o Presidente da República, em casos de viagem ao exterior.
 - E) A emenda é inconstitucional porque viola uma cláusula pétrea comum às Constituições estaduais.

Organização dos Poderes (25 questões)

22. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF**). O Supremo Tribunal Federal é a mais alta Corte de Justiça do país. Composta por 11 Ministros, tem sede em Brasília e jurisdição em todo o território nacional. Sobre o Supremo Tribunal Federal, é correto dizer que:

- A) seus Ministros devem ser escolhidos entre brasileiros natos, com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. A indicação cabe ao Presidente da República, que a submete à Câmara dos Deputados e em seguida ao Senado Federal.
- B) como instância máxima do Judiciário brasileiro, somente tem competência originária.
- C) seus Ministros gozam da garantia da vitaliciedade após dois anos no exercício do cargo.
- D) compete-lhe processar e julgar, originariamente, os governadores de Estado nos casos de crime praticado após a posse.
- E) pode acatar o pedido de abertura de ação penal contra parlamentar sem a necessidade de autorização prévia da Câmara ou Senado, bastando que posteriormente comunique a existência da ação à Casa respectiva a que pertencer o parlamentar.

Organização dos Poderes (25 questões)

23. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF).** O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional são órgãos de consulta do Presidente da República. Ambos têm composição e atribuições previstas na Constituição Federal. Sobre eles, assinale a opção correta.

A) Entre outros membros o Conselho de Defesa Nacional é composto pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado e por seis brasileiros natos, indicados, dois pela Câmara dos Deputados, dois pelo Senado e dois pelo Presidente da República, que opinam nas hipóteses de declaração de guerra e celebração da paz.

B) O Conselho da República opina sobre intervenção federal, estado de sítio, estado de defesa, e sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas bem como sobre o uso efetivo das áreas de faixa de fronteira.

C) O Conselho da República é composto pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado e pelo Ministro da Justiça e se incumbe de opinar nos casos de pedido de asilo formulado ao Brasil.

D) O Conselho de Defesa Nacional é composto pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado, pelo Ministro da Justiça, pelo Ministro de Estado da Defesa, entre outros, e compete-lhe opinar sobre declaração de guerra e celebração da paz.

E) Os membros do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional são julgados, em casos da prática de crime comum, pelo Supremo Tribunal Federal.

Organização dos Poderes (25 questões)

24. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. A Constituição de 1988 instituiu a Advocacia-Geral da União como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União. Sobre essa instituição, é correto afirmar que:

- A) os membros das Carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da inamovibilidade.
- B) as Procuradorias de Estado devem seguir a orientação normativa do Advogado-Geral da União.
- C) o Advogado-Geral da União é cargo de livre nomeação do Presidente da República, atendendo os requisitos de notável saber jurídico e moral ilibada.
- D) a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é responsável pela representação judicial das Autarquias e Fundações públicas federais.
- E) antes de sua posse, o Advogado-Geral da União é sabatinado pelo Senado Federal.

Organização dos Poderes (25 questões)

25. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF**). O presidente, o vice-presidente e o relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, após minuciosa análise de documentos referentes a um dos investigados, decidiram, por unanimidade, determinar, com a finalidade de aprofundar a investigação, a quebra do sigilo bancário e fiscal desse investigado. A decisão unânime e fundamentada dos três integrantes da Comissão é

- A) legal somente no que diz respeito ao sigilo bancário.
- B) ilegal porque as decisões de CPI têm que ser tomadas pela maioria dos seus membros, considerando o caráter colegiado da Comissão, especialmente quando importem em quebra de sigilo bancário e fiscal.
- C) legal, considerando que a decisão foi unânime e fundamentada, além do que a Constituição autoriza esse tipo de procedimento.
- D) ilegal porque CPI não tem competência para determinar quebra de sigilo bancário e fiscal.
- E) ilegal porque, em se tratando de ato de CPI, relativo à quebra de sigilo, tem que ser aprovada também pelo Presidente do Congresso Nacional.